

ADOUTRINAÇÃO, A PROSTITUIÇÃO E A COMUNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROMOVIDA PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ESCOLA SEM PARTIDO

educação sem doutrinação

PROCESSEM POR DANO MORAL AS ESCOLAS E OS PROFESSORES QUE TRANSMITIREM CONTEÚDOS IMORAIS AOS SEUS FILHOS

“Os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.” É isso o que estabelece o art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário.

Esse direito, todavia, vem sendo usurpado sistematicamente pelas escolas.

Políticos de esquerda, burocratas e “especialistas” em educação decidiram educar nossos filhos por nós. Decidiram acabar com a formação moral que lhes damos em casa. Para eles, tudo não passa de “preconceitos” e “tabus”. Do MEC e das secretarias de educação partem as diretrizes. Nas salas de aula, professores despreparados, perturbados ou perversos – é difícil saber – as colocam em prática.

Em Ceilândia, cidade satélite de Brasília, um professor de educação física resolveu fazer uma “brincadeirinha” com seus alunos: quem errasse a jogada, tinha que responder a perguntas como essas: “Você é virgem?”, “Já fez sexo oral em fulano de tal?” Em Recife, crianças de 7 a 10 anos aprendem em sala de aula que “brincar com o pênis e com a vulva é gostoso” e que “o papai acha muito gostoso quando seu pênis fica duro”. Em Contagem-MG, o dever de casa dos alunos do 4o ano de uma escola municipal – crianças de 10 anos – é responder “O que é sexo anal?”, “Como dois homens fazem sexo?”, “O que é boquete?”

Os episódios se sucedem. O que chega ao nosso conhecimento é apenas uma ínfima parcela do que acontece no interior

das salas de aula; é aquilo que “vaza” por acidente. Mas pelos “vazamentos” podemos estimar o volume e a qualidade do esgoto moral que circula pelas tubulações do sistema de ensino. Esgoto que é despejado diariamente nas cabeças dos nossos filhos.

E não adianta discutir com essa gente. Eles acreditam que estão fazendo um grande trabalho, combatendo o “preconceito”, os “tabus” e a “discriminação”.

Como resolver o problema?

É simples. Basta o MEC e as secretarias de educação proibirem a veiculação de conteúdos morais nas disciplinas obrigatórias do currículo escolar. Se o governo quiser utilizar o sistema de ensino para promover uma agenda moral, deve criar uma disciplina facultativa, a exemplo do que acontece com o ensino religioso.

Mas, como o governo não vai fazer isso espontaneamente – embora a Presidente da República já tenha dito expressamente que não é permitido a nenhum órgão do governo interferir na vida privada das pessoas –, será necessário obrigá-lo na Justiça.

Não é difícil preparar e ajuizar uma ação judicial com esse objetivo, mas é preciso agir com cautela, tendo em vista o alcance territorial dos efeitos da decisão que nela vier a ser proferida. Trata-se, em suma, de um risco processual que precisa ser avaliado com prudência.

Enquanto isso, porém, os pais não precisam ficar de mãos atadas.

NOSSO CONSELHO

Processem por danos morais as escolas e os professores que transmitirem aos seus filhos conteúdos que vocês julgarem incompatíveis com os seus valores e convicções. Além do dano moral causado aos seus filhos – a perda da inocência, o constrangimento, o sentimento de desorientação, a desconfiança em relação aos pais, etc.–, há o dano decorrente da mera usurpação da sua autoridade moral, isto é, do seu direito de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Em situações como estas, dependendo do caso, as indenizações podem passar de R\$ 20.000,00.

Ou, se não quiserem esperar pelo dano, ajuízem, preventivamente, com fundamento no art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos, ações com pedido de tutela antecipada para que as escolas e os professores dos seus filhos sejam condenados, sob pena de multa, a se abster de veicular conteúdos morais nas disciplinas obrigatórias do currículo escolar. E orientem seus filhos para que lhes reportem em casa o que aprenderem em sala de aula.

Se os professores e as escolas começarem a ser processados e condenados, é possível que pensem duas vezes antes de usar suas aulas para ensinar a crianças de 10 anos o que é boquete e como dois homens fazem sexo.

LEVEM UMA CÓPIA DESTA ARTIGO AO UM ADVOGADO OU A UM DEFENSOR PÚBLICO, E ELE SABERÁ O QUE FAZER.

AOS PAIS E PROFESSORES

PRÓXIMA ATRAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BRASIL

Não se escandalizem com as figuras abaixo, porque é isso o que as nossas crianças verão em breve nas salas de aula, nos livros aprovados por esse governo corrupto, para serem adotados pelas escolas públicas de todo o País.

Veja que o autor do desenho nem se preocupou em caracterizar as figuras com sinais de idade adulta, ficando bem explícito que o feito erótico aplica-se a qualquer faixa etária. Além disso, no vídeo, que pode ser assistido no Youtube, em http://www.youtube.com/watch?v=NGMkAmYbOwo&feature=player_embedded, há mais páginas didáticas que estimulam as crianças ao “gostoso” (é desse jeito que o autor põe a prática) exercício da masturbação; e, se palavras não bastam, o exercício é desenhado, conforme pode ser visto nas ilustrações abaixo.

Não acredita? Tem razão em não acreditar, porque eu também não acreditei, mas, ao entrar no blog do Reinaldo Azevedo (Revista Veja), constatei que é tudo verdade.



“Masturbação é bom” diz o livro porno-educativo.

ESCOLA SEM PARTIDO

educação sem doutrinação

CORROMPENDO A INFÂNCIA À LUZ DO DIA

“Como se transa?” “O que é sexo anal?” “Como dois homens fazem sexo?” “O que é transexual?” “O que é boquete?” “É possível mais de duas pessoas fazerem sexo?”

Essas são algumas das perguntas do dever de casa dos alunos do 4º ano de uma escola pública de Contagem-MG — crianças de 10 anos.

A reportagem sobre esse assunto, foi levada ao ar pela rede Record de Minas Gerais, em 26 de setembro de 2012.

Em consequência dessa reportagem divulgada pela TV Record/MG, expedimos mensagens ao governador do Estado, à Secretaria de Educação e aos jornais “O Tempo” e “Estado de Minas”. Como era de se esperar, tanto não acusaram o recebimento, como também não devem ter mandado apurar essa ocorrência, nem entrevistado a professora e a Secretaria de Educação do município de Contagem. Oportunamente faremos contato com a TV Record. A seguir, as mensagens enviadas: *subjet: corrompendo a infância à luz do dia (a mesma para todos destinatários)*

Sent: Monday, October 01, 2012 9:58 AM

To: gabseemg@educacao.mg.gov.br

Cc: Editoria de Opinião

Subject: Informação / Corrompendo a infância à luz do dia

À Secretaria de Educação/MG: Fins publicação em nosso jornal Inconfidência, solicito informar se é verídica a notícia abaixo. Caso positivo, quais as providências tomadas por essa Secretaria. Att, Carlos Claudio Miguez / Editor

NR: Se não reagirmos já e com vigor, perderemos o que nos resta de honra e dignidade e estaremos condenados a viver dependendo dos políticos corruptos. É isso que vocês querem para o nosso Brasil, para os seus filhos e netos? O futuro está em suas mãos, depois não adianta chorar.